

HJ COLE + ASSOCIADOS – PLANEJAMENTO E EMPREENDIMENTOS (1970-1980)

Maria Cecilia Lucchese

Resumo

O artigo comenta a trajetória profissional de Harry James Cole a partir de seu escritório de projetos, o H.J. Cole + Associados, onde desenvolveu nos anos 1970 uma série de trabalhos urbanísticos. Mostra as principais características de alguns desses trabalhos através da análise de dois projetos desenvolvidos no início dos anos 70, o polo-agroindustrial de Porto Real e o Programa Cura.

Palavras-chave

Planejamento urbano no Brasil, projeto urbano moderno, Programa Cura

Abstract

This paper shows the Harry James Cole's professional career from 1970 to 1980, when he works in his own design office, the "H.J. Cole + Associados", and designed some important urban works. It shows, indeed, the mainly characteristic of some of these works, by the analyses of two of them, the agro industry Pole of Porto Real (RJ) and the CURA Program.

Keywords

Urban Planning in Brasil, Modern Urban Design, CURA Program

O arquiteto Harry James Cole

Harry James Cole, carioca, nasceu em 18 de Julho de 1930 no Rio de Janeiro, filho de um inglês – James Tom Cole – e de uma brasileira – Maria Cole. Tinha o inglês como segunda língua. Pertencia à classe média carioca dos anos 30 e cresceu na Tijuca e no Castelo, estudando no Colégio São José – marista, onde foi interno até completar o Ginásio.

Entrou na Faculdade Nacional de Arquitetura em 1950, se formando em 54. Em 1955 foi à Londres fazer um curso de Pós-graduação em Planejamento Urbano, quando também trabalhou no London County Council na área de projetos urbanos,

num período em que se reconstruía a Londres bombardeada na guerra, projetos que defendiam uma visão muito particular britânica do moderno em arquitetura. (LUCCHESI, 2009)

De volta ao Brasil, no final de 1957, iniciou aqui sua trajetória profissional trabalhando na Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap na construção de Brasília. Juntou-se à equipe da Divisão de Urbanismo que funcionava no Rio, dirigida pelo engenheiro Augusto Guimarães Filho, sob a orientação de Lucio Costa. Nesse período também se envolveu nas discussões que ocorriam nos anos 50 e 60 no meio profissional, em reuniões do IAB-Guanabara.¹

Em 1965, Cole foi trabalhar no Ministério do Planejamento, no período em que Roberto Campos foi ministro e, em 66, participou do grupo de trabalho que reformulou o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU, além de ter se tornado o seu primeiro superintendente após a reformulação. Passou o final dos anos 60 às voltas com a divulgação da necessidade de se fazer planejamento urbano, na difusão dos planos locais de planejamento integrado.

Ao sair do SERFHAU Cole fundou, em 12 de Agosto de 1968, uma empresa "de arquitetura, urbanismo, consultoria, planejamento e empreendimentos", a HJ COLE + Associados - Planejamento e Empreendimentos, que funcionou num antigo casarão na Rua Sorocaba, no Botafogo, Rio de Janeiro.

O Escritório de Harry Cole

A visibilidade adquirida no trabalho com o governo lhe abriu portas de prefeituras e governos estaduais. Suas relações pessoais também trouxeram muitos clientes da esfera privada para o escritório. Essa é a opinião de Carlos Eugênio Figueiredo (2007):

E aí outra parte polêmica da personalidade dele, porque ele era escolhido pelos clientes de direita, o sogro dele era um homem sinistro, inteligentíssimo (sic) e visivelmente viabilizou o escritório de Harry com clientes importantes, mas o que eu acho bacana é que o Harry tratava os clientes - as populações das cidades - com um amor imenso. Mas ele fez a viabilização dele através do Glycon de Paiva (FIGUEIREDO, 2007).

Folder do escritório relaciona mais de sessenta clientes de quinze estados brasileiros, entre eles Sérgio Dourado, Cetenco S.A., United States Steel, Companhia

¹ Recordando, entre 1958 e 1964, o IAB Guanabara discutiu o Plano Doxiadis, recebeu Le Corbusier em sua última visita ao Brasil e realizou o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, a famosa reunião que aconteceu no Quitandinha, no Rio de Janeiro.

do Metropolitano do Rio de Janeiro, Cia Caminho Aéreo Pão de Açúcar S.A., Superintendência da Zona Franca de Manaus, Companhia Agropecuária Vale do Paraíba, BNH – Banco Nacional de Habitação, Companhia Siderúrgica Nacional, Bracuí – Administração, Empreendimentos e Participação Ltda, COHAB de São Paulo, Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, a Prefeitura Municipal de Volta Redonda, a Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Macapá.

Entre 1970 e 80 o número de trabalhos realizados é muito grande, e em alguns anos foram terminados até seis trabalhos de planejamento, sem contar os de arquitetura.

Nos dois primeiros anos de existência do escritório foram realizados estudos e projetos para cidades novas, loteamentos, marinas e projetos de centros turísticos para a iniciativa privada. Em 1971 foi feito um estudo de urbanização para Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Em 1972 foi a vez de um empreendimento turístico em Búzios e um sistema hoteleiro para a BLOMACO.

Foi em 1972 também que Cole desenvolveu a ideia do Programa Cura, que se transformou em linha de financiamento do BNH no ano seguinte. A expectativa de que o BNH investisse em melhorias nas cidades justificava-se, porque a economia brasileira estava em rápida expansão e todos acreditavam que haveria recursos suficientes para se investir em planejamento urbano.

Em 1973 Cole foi contratado pela SUFRAMA para rever o projeto do Distrito Industrial de Manaus. Contou-nos Figueiredo (2007) que o projeto que estava sendo implantado estava ocasionando um grande processo erosivo. O arquiteto paisagista Fernando Chacel, que realizava nessa época um estudo para preservação da vegetação no entorno do distrito industrial, solicitou a substituição do projeto à SUFRAMA, que contratou o escritório de Cole.



Figura 1 - Plano para o Distrito Industrial de Manaus - as áreas em verde deveriam ser preservadas

Fonte: H.J.Cole + Associados, Distrito Industrial de Manaus

Entre 72 e 74 também desenvolveu estudos que levaram à proposição de um Plano Diretor para Blumenau. Lá três trabalhos foram desenvolvidos nestes anos: um projeto de saneamento básico para a cidade, para o qual Cole se associou ao Escritório Saturnino de Brito, então comandado por Saturnino de Brito Filho, o Plano Diretor para a cidade e o desenvolvimento de Projeto Cura para os bairros da Escola Agrícola, Vila Nova e Velha.

Quando nós fizemos Blumenau, nós contratamos uma série de estagiários e levamos alguns daqui também. Montávamos um escritório no local. A prefeitura de Blumenau nos cedeu um espaço. Porém quando não tinha isso, São Paulo, por exemplo, a gente alugava uma casa. Ficava um grupo lá, outro no Rio. (NEVES, 2006)

Em 1974 o escritório desenvolveu para a iniciativa privada o projeto da marina Itacurussá no Rio de Janeiro. Em 75 um plano piloto para um núcleo residencial da Açominas.

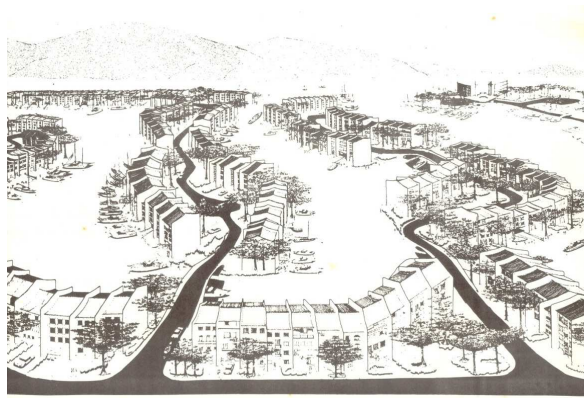


Figura 2 - Loteamento Turístico de Itacurussá –
Baia de Sepetiba – Rio de Janeiro

Fonte: H.J.Cole + Associados, 1974

O escritório era dirigido por Cole e por sua esposa, a arquiteta Sônia de Paiva Cole. Sônia se encarregava da parte administrativa, era quem cobrava os trabalhos, dava as broncas por atraso nos projetos, contratava e demitia o pessoal. Representava o lado “duro” do casal.

Cole se encarregava da parte de relações públicas e da coordenação técnica dos trabalhos. Era quem trazia contratos para o escritório e quem dava a última palavra técnica sobre os trabalhos que eram desenvolvidos.

A gente ficava no andar de cima, a Sônia e o Harry ficavam no andar de baixo. Ele participava nas concepções dos projetos, se reunia no andar dele com os coordenadores. A Sônia fazia a interface dele com a equipe, gerenciava o escritório, eu não me lembro dela discutir concepção. Tinha a Vera Lúcia que era a pessoa chave para ela. Vera administrava as equipes, os projetos. (TANGARI, 2007)

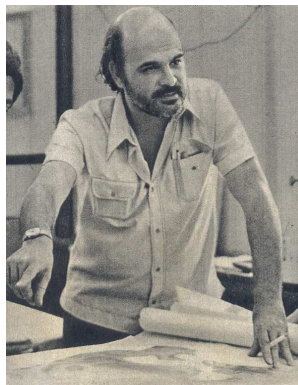


Figura 3 - Harry Cole em seu escritório

Fonte: Revista Realidade, maio de 1972

Cole desenvolvia seu raciocínio através do desenho, como no caso lembrado por Figueiredo (2007) de Marabá, onde a reflexão para a remoção de parte da cidade começou sobre o levantamento topográfico da região, onde propôs que a cidade ocupasse as áreas mais altas, protegendo-se os talwegues e construindo-se uma via principal no espigão, que dava acesso aos núcleos habitacionais em forma de folhas, como uma "liana".

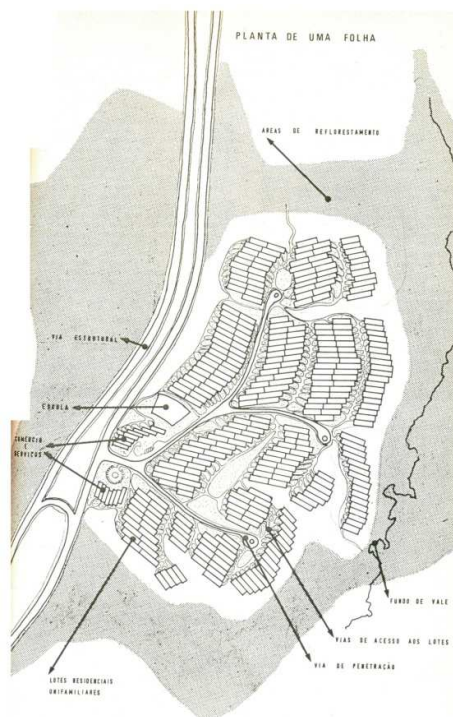


Figura 4 - Desenho para Marabá

Fonte: H.J.Cole + Associados, 1976

Ele gostava de delegar o desenvolvimento dos trabalhos: passava aos seus gerentes de projeto desde que tivesse certeza que os pensamentos iniciais estivessem acordados. Eram os gerentes que “tocavam” os projetos e as reuniões com Cole eram para mostrar como estava esse andamento. “Ele tinha uma habilidade imensa para pegar os pontos chaves e em transmitir isso.” (FIGUEIREDO, 2007)

As equipes eram organizadas por projeto, vários colaboradores participaram somente de um ou dois trabalhos, outros permaneceram durante um longo tempo no escritório.² Sônia Cole (2003) nos disse que em seu auge a empresa chegou a ter

² Os trabalhos do escritório (entre 1970 e 80) nos permitiram fazer a listagem a seguir. Esses profissionais estiveram em equipes de um ou de vários trabalhos, e alguns somente atuaram como consultores especializados: Arq Almir Fernandes, Arq Alex Nicolaeff, Arq. Paisagista Alexandre Costa Neto, Arq Arnaldo Ferraz de Abreu, Geo. Bárbara Nunes da Silva, Cart Breno Dias Fernandes, Arq Carlos Eugênio Hime, Arq Carlos Eugênio M Figueiredo, Econ. David Gorodicht, Arq Delaide Maria Merlo, Jorn Diva Maria Roush Amorim, Econ Edgar Bastos de Souza, Arq Fernando Casério de Almeida, Arq Fernando Chacel, Arq Flávio Ferreira, Soc Geraldo Targino, Arq Gilberto Palmieri, Econ Hamilton Tolosa, Arq Heloísa H M Villela de Andrade, Eng Hisbelo Campos, Arq Humberto Borges Flores, Econ. Inês Couto, Arq Ivan Nascinovic, Eng Ivo Jansson de Azevedo, Econ Jayme Lopes do Couto, Arq Laura Vianna, Arq. Leonardo Moreira, Arq Luis Alfredo Stockler, Arq Marlene Fernandes, Eng. Maria Alice Lanhas, Estatíst. Mário Dias Lopes, Econ Martiniano Barbosa Moreira, Arq Miriam Wagner Capllonch, Eng Olavo Rosa Fº, Eng Paulo Avelino de Souza, Adv Rafael Mendonça de Lima, Arq. Raquel Carneiro da Silva, Econ Raymundo Resende Bello, Soc Ruth Amaral Sampaio, Arq Sonia Quintiere Peixoto, Arq Stélio de Moraes, Arq Vera Lúcia Gervásio Neves, Arq Vera Maria Bieri, Arq Zilda Maria dos Santos, Jorn Zuenir Ventura.

mais de 200 funcionários, com filial em São Paulo e escritórios temporários em Belém, Macapá e Blumenau.

Vera Lúcia Gervázio Neves (2006), que trabalhou durante vários anos no escritório, lembrou que aquele era um escritório em que todos os estudantes interessados em planejamento urbano tentavam estagiar. Foi dessa forma, como estagiária, que ela entrou no escritório. No final dos anos 1970 havia entre quinze a vinte arquitetos fixos, além de outros profissionais, como economista, geógrafo, cartógrafo e jornalista.

Os projetos arquitetônicos, inclusive desenhos e projetos que acompanhavam planos urbanísticos, eram feitos por arquitetos que lá trabalhavam, e também sob a supervisão de Cole. Durante todo esse período Cole também elaborou artigos, alguns publicados, outros objetos de palestras no Brasil e exterior.

A crise que começou a se instalar no final desses anos também chegou ao escritório. Os contratos terminavam e poucos contratos novos eram iniciados. Um projeto urbanístico do escritório foi duramente criticado pelos especialistas no final dos anos 1970, o projeto para a Veplan Engenharia, em Niterói, a "Comunidade Planejada de Itaipu".

Neste projeto, um loteamento de classe média alta, o arquiteto propunha a utilização da Lagoa de Itaipu para a construção de uma marina, através da implantação de um canal artificial que a ligasse ao mar. O projeto foi embargado e a polêmica se instalou, uma vez que poderia ser facilitado o assoreamento da lagoa.

Por causa disso Cole escreveu um grande texto defendendo o projeto e essas contrariedades podem ter piorado sua saúde que já era precária. Tinha há tempos algumas complicações de saúde, porque era diabético e quase não se cuidava.

Em 1980, aos 50 anos, Harry Cole teve um acidente vascular cerebral. Com isso ele deixou de desempenhar o papel de conseguir trabalhos para o escritório, pois ficou com sequelas que lhe dificultaram a fala.

O escritório, também por causa disso, a partir de 1980 foi diminuindo de tamanho, os trabalhos que entravam eram pequenos e não exigiam uma grande equipe. Mas ele só foi fechado em 1990, mesmo ano em que Cole morreu, aos 60 anos de idade.

Dois projetos do escritório exprimem bem o pensamento desse arquiteto urbanista e estão analisados a seguir.

Porto Real

Porto Real é um projeto de 1971, contratado pela Companhia Agropecuária Vale do Paraíba. O terreno localizava-se no então distrito de Porto Real³ no município de Resende, ao sul do estado do Rio de Janeiro.

O escopo do trabalho contratado não previa um projeto urbanístico, e sim um estudo de viabilidade para um polo urboagroindustrial. Não surpreende, portanto, que o gerente de projeto fosse um economista – Martiniano Barbosa – ainda que também tenha-se contado com um arquiteto como gerente adjunto, Carlos Eugênio Hime. Também trabalharam nele o arquiteto Gilberto Palmieri, o engenheiro Ivo Jansson de Azevedo e o sogro de Cole, engenheiro Glycon de Paiva.

O trabalho foi entregue em volumes de pequeno formato (A4) constituindo-se como um relatório. Defendendo a concepção de que não se realiza um projeto urbano sem uma análise do território onde este está situado, o primeiro volume reúne os seguintes estudos: estudo da megalópolis centro-leste brasileira, do “corredor urbanizado” Rio – São Paulo e estudo para a implantação de um polo de desenvolvimento urbo-agro-industrial dentro do “corredor urbanizado.

Só no segundo volume é que a proposta urbanística é apresentada e contém também um modelo da estrutura econômica da comunidade da nova cidade de Porto Real, sua estrutura empresarial, a relação dos investimentos necessários para implantação do polo, além da proposta de promoção e propaganda e indicação para o plano de venda.

As dimensões de áreas para os diversos usos foram calculados a partir de padrões nacionais e internacionais. Cita-se o livro *Central Lancashire – Study for a City*, publicado pelo Governo Britânico em 1967, e que é um manual fornecendo proporções entre população e as necessidades de áreas para os diversos usos. Os dimensionamentos vem dele, e sendo um padrão advogado pelos britânicos, não surpreende que a cidade concebida tivesse baixa densidade de ocupação.

Mas o desenho não nasce somente desses números, é também fruto de uma visão urbanística, da intenção de se chegar a uma estrutura espacial que, na opinião dos autores do projeto preliminar, “possibilita um melhor aproveitamento do espaço bidimensional da área em que se deseja implantar um sistema urbano”. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1971)

³ À época da proposta não existia o município de Porto Real, e a Vila de Porto Real e a usina de açúcar que dariam origem a cidade eram um distrito de Resende. O município foi criado posteriormente, e da proposta que analisamos nada foi implantado.

Essa estrutura espacial é "multipolarizada", uma mistura entre uma estrutura radial e uma estrutura linear, isto é, é uma estrutura que é polarizada em torno de vários pontos distribuídos ao longo de um eixo longitudinal.

Essa ideia, de acordo com o relatório, foi originalmente concebida por Ludwig Karl Hilberseimer, arquiteto e urbanista alemão, conhecido por seu trabalho na Bauhaus e com Mies Van der Rohe, com quem trabalhou nos Estados Unidos. Em Chicago ele dirigiu o Departamento de Planejamento Urbano do Curso de Arquitetura do Instituto de Tecnologia de Illinois, e em um dos livros escritos por ele, "Un'idea di Piano"⁴, existe essa proposta de uma cidade que se repete ao longo de um eixo viário. Mesmo assim ela tem um forte aporte conceitual no ideário cidade-jardim.

Ao usar a estrutura multipolarizada o projeto permite que se recomende em cada fase uma cidade completa de pequeno tamanho, e esta cidade vai sendo reproduzida depois nas outras fases de implantação.

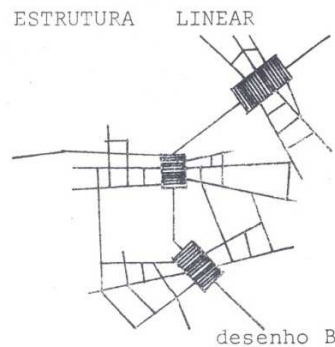


Figura 5 - Croqui mostrando o desenvolvimento de uma estrutura multipolarizada de cidade

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

Há um acentuado caráter discursivo na apresentação da proposta, talvez uma característica comum aos trabalhos desenvolvidos no início da década de 1970, quando o planejamento urbano no Brasil era elaborado como diretrizes não gráficas, não projetuais. Mas o estudo urbanístico preliminar foi desenvolvido em pranchas independentes que depois foram fotocopiadas e juntadas ao documento.

Enquanto que a apresentação do trabalho fala em estrutura multipolarizada o volume de apresentação da proposta fala em estrutura linear.

⁴ Título do original alemão Entfaltung einer Planungsidee. Ullstein Bauwelt Fundamente.

A estrutura linear consiste em uma linha básica de intercomunicação, geralmente representada por uma estrada ou avenida-tronco, as margens da qual se dispõem e crescem paulatinamente as diversas funções urbanas. /.../ Já uma estrutura urbana linear permite um rigoroso parcelamento das etapas de implantação, e até mesmo a modificação ou correção, no correr do tempo, das propostas e concepções formais induzidas por um plano urbanístico inicial. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1971)

Ao propor essa forma urbana a defesa descarta a estrutura radiocêntrica, segundo o autor, típica das *new towns* inglesas, e que acabam por exigir a reserva de uma grande área para o centro urbano, que só será ocupado de forma densa e adequada muitos anos após a cidade ter sido criada.

O terreno do projeto é uma área plana cortada pelo Rio Paraíba do Sul e cercada por morros. O assentamento se localizaria na várzea do rio Paraíba, em trecho onde essa se alarga, entre a Rodovia Presidente Dutra e a Serra da Mantiqueira. Apesar de se constituir como uma área plana o traçado do sistema viário é orgânico.

Na primeira fase foi prevista uma população de 25.000 habitantes, metade da população da cidade de Resende⁵, com uma densidade populacional de 56 hab/ha. Ao atingir o máximo de população (100.000 habitantes em 30 anos), sua densidade seria de 71 hab/ha.

Mas em parte, essa baixa densidade do início, era também devida ao montante de área destinada ao uso industrial, pois dos 446 ha que a cidade teria na primeira fase, 210 ha, ou 47% da área, estavam destinados ao uso industrial.

A necessidade de área industrial foi calculada a partir de parâmetros de trabalhadores por hectare das fábricas inglesas, americanas e porto-riquenhas.

⁵ Resende tinha um pouco mais de 53.000 habitantes pelo Censo de 1970, segundo o CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro.

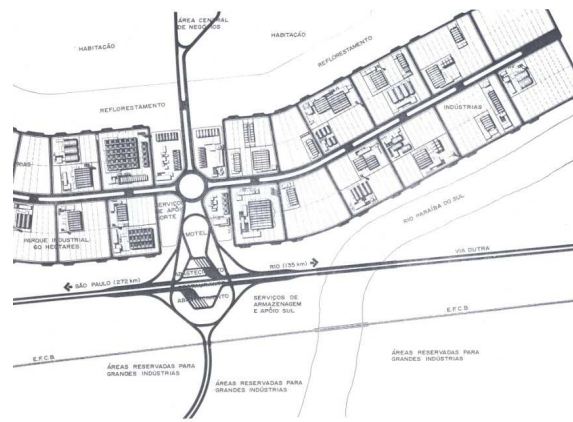


Figura 6 - Proposta espacial para a zona industrial

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

O dimensionamento das áreas comerciais e residenciais também é realizado a partir de alguns parâmetros estatísticos. Para as áreas comerciais e de serviços, esse número é calculado também em função do número de empregos, calculando-se a necessidade de 10 m² por emprego.

Já as áreas residenciais são calculadas a partir do total de famílias e de uma distribuição média de renda entre essas famílias, o que determina um percentual de lotes individuais de tamanhos diversos, que vão de 120 m² a 300 m². Também é reservado um pequeno número de lotes para mansões (sic) com 5.000 m² de área e para "granjas" com 20.000 m² de área.

Esses elementos são utilizados no desenvolvimento de uma proposta espacial preliminar e principalmente para a elaboração de um zoneamento, para que se possa efetuar o cálculo dos custos da implantação do projeto, estes sim o objeto do contrato com a Companhia Agropecuária que, lembremos, era um estudo de viabilidade.

A estrutura urbana proposta consiste na implantação da área industrial ao longo da BR 116, e nas áreas habitacionais e comerciais mais ao interior da gleba, na várzea do Paraíba. O acesso principal é feito por uma avenida tronco, ortogonal à rodovia. Essa avenida continua após a área industrial, e é a via de acesso às áreas comercial e residencial da cidade, que ficam separadas da área industrial por um "cinturão verde". O traçado viário, linear, acompanha a sinuosidade do Rio Paraíba.

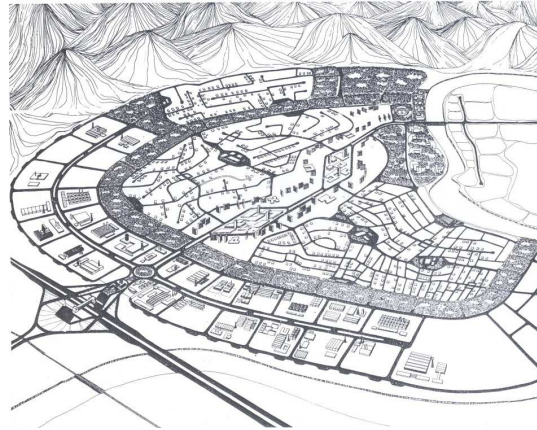


Figura 7 - Desenho da 1ª Fase da Nova Cidade de Porto Real. O croqui é facilmente legível, apresentando claramente o partido adotado.

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

O desenho urbano torna bem claro o zoneamento de usos, onde podemos claramente perceber os lotes industriais fazendo frente para um eixo viário (avenida-eixo-industrial), e as "ilhas", que são os centros de negócios e cívico rodeadas por um setor residencial vertical e pelo setor residencial horizontal, com centros de bairro localizados junto ao sistema viário principal das áreas residenciais (avenidas coletoras de bairro).

As principais características dessa proposta são a separação de usos e volumetria, a hierarquização do sistema viário, e a criação de um amplo cinturão verde, o que, ao separar a zona industrial da zona residencial, segue uma das prescrições da Carta de Atenas.

Tem uma filiação claramente inspirada no urbanismo funcional dos modernos, mas também traz grande influência do urbanismo cidade-jardim, que pode ser percebida no traçado orgânico, na proposição de cinturões verdes, onde não é necessário separar a área industrial da residencial, formando um parque linear, e no desenho de uma cidade "limitada", que não cresce linearmente, mas que se reproduz integralmente.

O traçado viário conta com um eixo principal que organiza a cidade e todo o viário restante é composto de ruas sem saída, terminadas em *cul-de-sac*. Esse traçado viário é de grandes dimensões.

A via para a área industrial tem grande dimensão, prevendo futura ampliação. Sua largura total é de 45 m, com duas faixas de rolamento e uma para

estacionamento, mas que poderia chegar a ter mais duas faixas de rolamento de cada lado ao ser eliminado o canteiro central.

Já a avenida-tronco, que atravessa toda a cidade e faz a ligação desta com a avenida eixo-industrial e com a Rodovia Presidente Dutra, tem 62 m de largura, funcionando como uma grande barreira entre os dois setores da cidade.

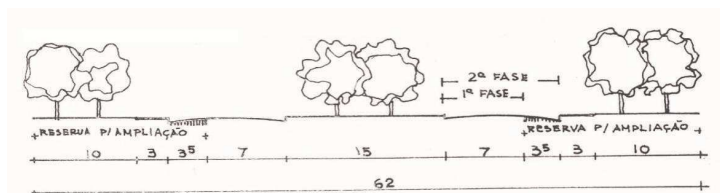


Figura 8 - Perfil da avenida tronco

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

É desenvolvido um zoneamento para a totalidade da proposta (para suas três etapas de desenvolvimento). Ele está apresentado na Figura 9, onde as áreas marrons claras são os setores residenciais, e a mancha linear, formada de pequenos gomos em marrom escuro, representa os cinturões verdes, enquanto a área marrom escuro no entorno dos centros de negócios (esses em azul) forma as áreas residenciais de alta densidade.

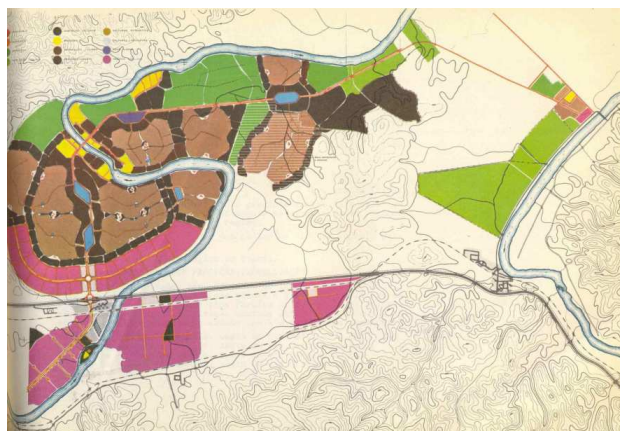


Figura 9 - Zoneamento da Nova Cidade de Porto Real, para as suas três fases de crescimento.

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

As áreas verdes são destinadas às moradias rurais, como chácaras de lazer e granjas, enquanto que as áreas privilegiadas em termos paisagísticos e de maior valor de mercado são destinadas à população de mais alta renda e estão em amarelo. Em

rosa arroxeados temos as áreas industriais, sendo que as localizadas a leste do Rio Paraíba do Sul foram destinadas às indústrias mais poluentes e deveriam ser ocupadas somente na segunda fase de implantação da cidade.

A cidade, em suas segunda e terceira fases de crescimento, reproduz a estrutura inicial e ainda que não tenha o mesmo formato, tem a mesma legibilidade, dada pelo sistema viário principal, os centros comerciais ao longo desse eixo viário e a separação rígida entre ocupações de média e alta densidade habitacional.

Em relação à área industrial é dito que:

Cabe salientar que a disposição linear do parque permite uma minimização dos investimentos de infraestrutura porquanto em uma só via – a avenida-eixo-industrial (AEI) – podem ser lançadas todas as redes necessárias: energia elétrica em alta e baixa tensão, telefones, água potável, água industrial, esgoto sanitário, pluvial e industrial. /.../ Para o parque industrial foram reservados aproximadamente 210 hectares, distribuídos segundo uma avenida-eixo com 45 metros de largura total, ladeada por faixas de terreno de 220 metros de largura, parceladas em módulos de 20 x 110 metros. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1971)

Podemos perceber na justificativa do desenho da área industrial a preocupação com a eficiência, com a minimização do custo, com a racionalização dos investimentos.

As áreas comerciais foram divididas em duas categorias: os comércios centrais (concebidos como *Central Business Districts*) e os comércios vicinais ou de bairro. Junto ao comércio central localizam-se os edifícios públicos administrativos. A atividade administrativa não tem detalhamento, o que talvez seja fruto do projeto ser contratado por uma empresa privada para a qual esta questão não estava colocada. Também no centro de negócios estariam localizados os equipamentos culturais, como cinemas, teatros, bibliotecas, museus, etc. Ele é assim o coração da cidade. Mas a cidade projetada possui vários corações, e nesse sentido fica diluído o sentido de um centro cívico, que concentre a vida social, cultural e política da cidade.

Esses centros passariam por fases de desenvolvimento para as quais foram definidas diretrizes de ocupação e projeto.

O estudo de massas da AC.1 admite que a implantação do centro comercial se inicie com prédios de 1 pavimento, com mezaninos para uso público ou armazenagem ocupando 50% da área construída, passando a prédios de 4 pavimentos nas extremidades da área e, finalmente, à eventual construção de 4 torres de 12 pavimentos, em torno à praça central. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1971)

Mas a grande característica é serem grandes praças reservadas exclusivamente a circulação de pedestres. A separação entre o tráfego de pedestres e veículos é uma das grandes reivindicações do movimento moderno, está presente no discurso dos CIAMs e em propostas como as *new towns* inglesas ou na reconstrução de centros urbanos bombardeados na Inglaterra. Essa também é uma preocupação de Hilberseimer em seus primeiros escritos.

No urbanismo inglês estas áreas pedestrianizadas são denominadas de *precincts*, cuja tradução é de áreas comerciais reservadas aos pedestres, mas que originalmente significava uma área descoberta no entorno de um edifício, normalmente fechada por um muro. Desta forma seu sentido não é o de uma praça aberta, mas de um espaço descoberto delimitado por edifícios, um pátio, que é semelhante a proposta de Cole.

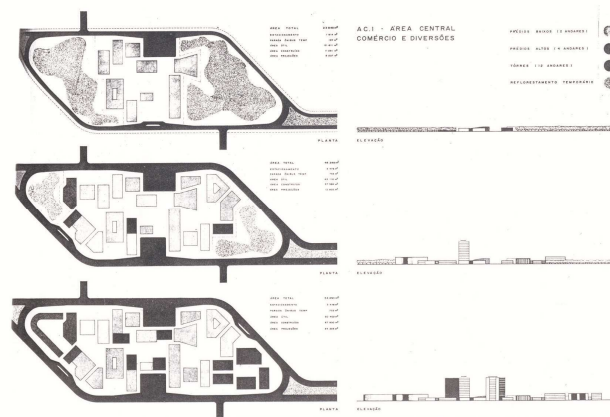


Figura 10 - Áreas Centrais de Negócios - ocupação ao longo do tempo

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

Esta AC-1, isto é, Área Central 1 seria a primeira a ser implantada. Forma progressiva de ocupação, partindo de um grupo central de edificações envolvidas por braços da Avenida Principal (eixo principal viário) da Nova Cidade de Porto Real. Em suas extremidades, reservas para expansão da área que seria provavelmente coberta de espaços verdes. As edificações seriam disciplinadas tão somente quanto ao tipo de uso e o respeito com relação aos espaços internos a serem deixados, ficando ao livre arbítrio dos arquitetos dos edifícios (individualmente) a liberdade de executá-los. Haveria assim variedade e diversidade estética. São previstas, entretanto, taxas de ocupação e áreas de projeção disponíveis, para que o conjunto mantenha a sua funcionalidade assim como crie naturalmente espaços internos e de agradável sabor urbano. Note-se que é vedada terminantemente a penetração dentro da área de veículos, ficando assim o pedestre completamente livre

para se deslocar sem perigo e com conforto. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1971)

Outra imposição de projeto é o isolamento (ou "ilhamento") dos centros de negócios, que seriam integralmente circundados pela Avenida Tronco, cuja proporção, como vimos, é aquela do urbanismo funcional, e onde o desenho apresenta amplas calçadas arborizadas, assim como seu canteiro central. Houve, portanto, a intenção de preservar as atividades lindeiras à via do ruído causado pelo tráfego de atravessamento da cidade, ao mesmo tempo em que se criava uma via de grande apelo paisagístico.

A área residencial foi proposta levando-se em conta que haveria heterogeneidade da população em termos de renda familiar, e houve separação das classes de renda na proposta de ocupação⁶.

Foram previstos locais para habitações coletivas no entorno dos centros de negócios, e habitações unifamiliares, que poderiam ser geminadas ou isoladas no lote, dispostas ao longo das vias coletoras de bairro. Os lotes para habitações coletivas fazem frente para a avenida-tronco, no entorno das áreas centrais de negócio, e os lotes individuais estão agrupados em unidades de vizinhança, fazendo frente para as ruas secundárias de bairro, algumas terminadas em cul-de-sac, e todas de pequena extensão.

A unidade de vizinhança segue o padrão usual desse tipo de agrupamento, com praças no interior das quadras, escola primária e centro comunitário em área que confronta com duas unidades de vizinhança, e uma praça central como o comércio local. Cada unidade seria contornada por uma faixa de área verde, com "reflorestamento".

⁶ A área destinada às "mansões", lotes de grandes dimensões a serem ocupados por população com renda superior a 20 salários mínimos, segundo o projeto, é segregado. Mas o restante da área residencial, ainda que não detalhado, parece prever que haverá convívio entre os moradores de rendas médias e baixas.

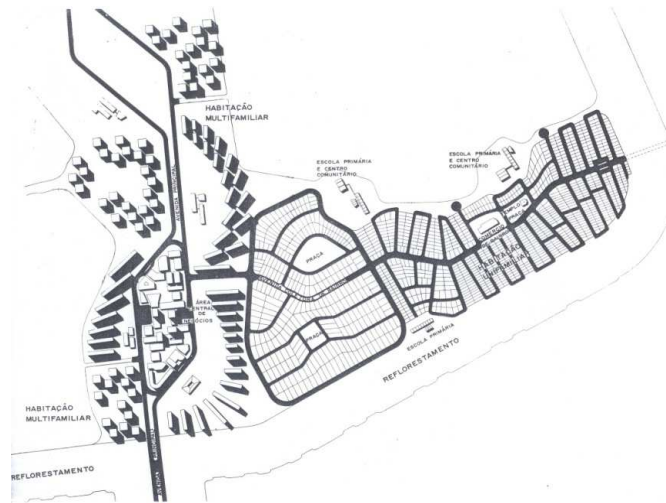


Figura 11 - Este desenho da área residencial é um pouco diferente do arranjo apresentado na Figura 7. Lá a Rua Coletora de Bairro faz a ligação entre as áreas com escolas.

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1971

A proposta da área residencial, ainda que tenha uma clara ressonância do urbanismo das cidades-jardins, também apresenta uma volumetria que forma uma pirâmide, o que tem claras semelhanças com o perfil, ou skyline, que teria a “Ville Contemporaine” de Le Corbusier.

A proposição das áreas de reflorestamento também é acompanhada de uma justificativa técnica, que está vinculada a diminuição do nível de ruído para as áreas residenciais. Contudo, ao citar as áreas de reflorestamento que não tem essa função, a motivação perde o caráter técnico e resulta num juízo de valor sobre os benefícios das florestas e bosques, muito típico da cultura inglesa.

O principal cinturão verde circunda as áreas habitacionais, com uma largura média de 150 metros; essa largura, plantada de eucaliptos ou outra essência vegetal de porte, configurando bosque linear, é suficiente para a proteção das moradias, e resulta dos pressupostos seguintes;

[...]

As demais manchas de reflorestamento estão distribuídas pela área urbanizada, sempre nos contornos das zonas habitacionais, o que deverá proporcionar aos residentes os benefícios de clima e salubridade encontrados habitualmente nas vizinhanças dos bosques. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1971)

O projeto apresentado toma um partido que é uma mistura de duas posturas advogadas por urbanistas na primeira década do século XX, e nesse sentido constituí-

se como um modelo híbrido, característica das proposições do urbanismo moderno britânico e do arquiteto.

1. O Projeto Cura – em busca de cidades belas e eficientes

A proposta do Programa Cura foi entregue ao BNH em 1972, e sua elaboração ocorre em paralelo com o projeto de Porto Real.

O projeto foi realizado em parceria com o Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais – CENPHA e a coordenação geral do trabalho coube a um representante do BNH que contratara o trabalho, e aos dois parceiros, sendo respectivamente José Eduardo de Oliveira Penna, Thales Memória e Harry Cole. A gerência do projeto na equipe de H. J. Cole + Associados foi de Zilda Maria dos Santos, e trabalharam na equipe Marlene Fernandes, Gilberto Palmieri, Breno Fernandes e Diva Maria Rausch de Amorim.

O Programa Cura, ainda que recomende a elaboração dos projetos-cura em etapas que são semelhantes às de um plano de desenvolvimento integrado, não é um plano abrangente, como eram os planos desenvolvidos na década de 1970. Constitui-se naquilo que Cole chamou alguns anos mais tarde, de planejamento físico (COLE, 1976), e sua proposta é a análise de um território delimitado no interior de uma cidade, levantando suas carências e a capacidade de endividamento da população, tendo como objetivo a realização de obras que sejam compatíveis com essa capacidade de endividamento (pois serão pagas) e que melhorem os aspectos de infraestrutura, urbanísticos e comunitários daquele território.

Ainda que o planejamento urbano fosse visto como uma atividade multidisciplinar e de “preparar planos”; para alguns planejadores – como Cole – o papel do arquiteto no planejamento era também desenvolver projetos urbanos, criando praças, centros comerciais, etc., lutando por uma “linguagem urbana”.

Essa linguagem em Cole vinha do repertório do urbanismo modernista, com proposições que se aproximavam daquilo que havia de mais contemporâneo à época. Buscava-se assim, neste caso, uma imagem de cidade moderna e erudita.

Ao mesmo tempo alguns urbanistas se preocupavam em buscar a eficiência na utilização das redes de infraestrutura urbana, com a maximização dos resultados positivos obtidos a partir do investimento público nas cidades. Preocupação de engenheiros talvez, alguns profissionais estavam muito descontentes com a ociosidade de determinados bairros das cidades, onde se investia para poucos, recursos escassos e caros.

Esta postura privilegiava a construção de uma cidade adensada, com uma ocupação intensiva do território, com a aglutinação de moradias e serviços –

diminuindo as viagens desnecessárias. Buscava uma cidade eficiente, sem lotes vagos, sem deseconomias de escala.

Essa eficiência, para José Eduardo de Oliveira Penna, significava dar condições ao mercado imobiliário de se realizar plenamente em áreas bem servidas e equipadas, ao mesmo tempo em que se obrigava o capital fundiário a liberar seus terrenos, forçado pela taxaço progressiva do solo desocupado, o que tornaria incompatível sua manutenção como reserva de valor.

Foi essa busca por uma cidade capitalista ideal e utópica, eficiente, possibilitando o desenvolvimento pleno da vida urbana cotidiana em pequenos territórios, ao mesmo tempo em que bonita, organizada e legível, que levou à proposição do Programa Cura.(LUCCHESI, 2004)

O Programa Cura, enquanto concepção, tinha assim um caráter mais restrito, a meta do planejamento era o projeto e a obra não uma política. Representava a sistematização de uma ideia que não era nova para Cole.

Ao apresentar o artigo "Planejamento da Ação" de Otto Koenigsberger, Cole escreveu:

Em nosso entender, o que precisamos agora é a oportunidade de fazer, de agir. Realizar planos e os implementar, pois a fase das discussões teóricas tende a se tornar bizantina se não pudermos testar, através da experiência prática, um mundo de ideias, filosofias, teses, métodos e sistemas já exaustivamente debatidos. (COLE, 1965)

No início dos anos 1970 Cole pregava a realização de intervenções nas cidades que pudessem melhorá-la ambientalmente e tornar mais eficientes os recursos aplicados pelo poder público, como forma de resolver o problema dos "loteamentos em estagnação", com muitos lotes vazios e sem infraestrutura, que faziam crescer de forma antieconômica as cidades maiores.

O Programa Cura, para atingir esse objetivo, recomendava a colocação de infraestrutura e de equipamentos comunitários e de recreação nos loteamentos, o desenvolvimento de um zoneamento e, com as obras realizadas, a aplicação de imposto territorial progressivo no tempo sobre os lotes vagos e cobrança de contribuição de melhoria sobre a valorização dos lotes daquele território.

Temos dessa forma que apontar alguns pontos que são essenciais para entender a visão de cidade de Cole e da atuação que esperava que os urbanistas tivessem.

O Cura propõe uma série de medidas que vão ao encontro do discurso e atuação de Cole. Uma dessas medidas é a proposição de que os bairros possam ser "curados" pela iniciativa privada, isto é, que se criem corporações que sob a

coordenação geral do poder público, planejem, projetem, construam e cobrem dos moradores as melhorias realizadas.

O período em que Cole esteve atuando na área pública levou-o a ter uma péssima imagem do funcionalismo público. Sua visão chegava a ser preconceituosa:

O profissional estatal é uma espécie de 'marginal' da profissão, que não teve condições ou capacidade de se firmar profissionalmente na área privada, sendo esta última a que ainda pode produzir com mais eficiência, soluções e critérios com melhores condições para resolver o tão angustiante problema nas nossas cidades. (COLE, 1973)

Se no SERFHAU ele incentivou os técnicos da iniciativa privada e os escritórios de planejamento a realizar os planos locais de desenvolvimento, com o passar dos anos Cole passou a acreditar que a iniciativa privada poderia assumir uma série de funções públicas e obter melhores resultados e garantir mais vantagens à população.

No mesmo artigo, Cole defende que:

Reorientar a filosofia de que o estado deva ser o único detentor e com total livre arbítrio, nas decisões e soluções de desenvolvimento urbano e arquitetônico de nossas cidades. Isso representaria a incorporação das empresas de arquitetura e planejamento urbanístico privadas através de um processo simples de multiplicação de oportunidades de contratos de trabalho para com as entidades estaduais e locais 'cobrindo' as nossas cidades de projetos diversificados e aumentando a competitividade e por isto mesmo a qualidade, eficiência e produtividade desses projetos. Imagina-se que o poder público deveria avocar a um grande número de escritórios devidamente organizados em empresas de arquitetura e planejamento urbano, o estudo, pesquisa, projetamento (sic), detalhamento e fiscalização de parcelas e conjuntos nas nossas cidades. Evidentemente, permaneceria nas mãos do estado a responsabilidade de programação, compatibilização e coordenação desse conjunto de projetos. (COLE, 1973)

É uma visão do estado mínimo, neoliberal, muito vinculada as ideias americanas de intervenção nas cidades. Contudo, é bom lembrar que Stockler (2007) nos disse que:

Apesar do Harry ter ideias do sistema americano ele não era americanófolo (sic), tanto que a primeira coisa que ele fez quando virou superintendente do SERFHAU foi ir à Rússia, ele passeou bastante por lá, porque ele queria saber como funcionava o planejamento lá. (STOCKLER, 2007)

Outro ponto que é central na proposta do Cura é propor que haja um estudo das carências de todos os bairros da cidade com o objetivo de definir uma hierarquia para intervenção. Seria atendido inicialmente o bairro com menor carência, melhor colocado na lista, e com o retorno dos recursos aplicados naquele bairro, o que aconteceria de forma rápida segundo Penna(2003), se iria aos pouco cuidando do restante da lista. Há aqui uma indicação de que o Cura devia ser aplicado em todos os bairros da cidade, do mais rico ao mais pobre, e que os recursos emprestados ao BNH só seriam utilizados no bairro mais rico.

Depois, ao se ter o retorno do investimento, o aumento do valor venal dos imóveis, o imposto progressivo e a contribuição de melhoria seriam suficientes para gerar recursos próprios de investimento, até que se pudesse chegar a atender os bairros mais carentes, onde o retorno deveria ser mínimo.

É uma ideia que podemos supor ingênua ou não inclusiva, ou as duas coisas, mas que tende a reforçar mais uma das preocupações de Cole, de que o município passasse a gerar receita própria para investimento.

Outra preocupação central do Cura é com a melhoria da estética da cidade. No estudo de Vila Valqueire isso aparece de diversas formas. Na apresentação é enfatizada a necessidade de transformar o bairro em um polo dinâmico, e a preocupação com os equipamentos públicos e privados, principalmente espaços verdes, "praças de esporte para adolescentes, equipamentos para a população infantil, melhores equipamentos de prestação de serviços..." (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1972)

Aparece também no desenvolvimento de propostas urbanísticas para o bairro, seja na preocupação de preservar determinadas qualidades ambientais e paisagísticas, seja nos croquis com sugestões para construção de centros comerciais e espaços multifuncionais.



Figura 12 - Observe os níveis diferenciados para o tráfego de pedestres e dos automóveis, o que enfatiza ainda mais o aspecto "funcionalista/racionalista" da proposta.

Fonte: H. J. Cole + Associados, 1972

Mas essa preocupação estética não significava necessariamente uma cidade "higienizada", no sentido da expulsão da população pobre para a periferia. Em uma entrevista à revista Realidade, Cole considerou que:

A remoção em grande parte da massa de favelados de certas áreas em nossas cidades tem ocasionado sem dúvida um sacrifício para essa população. Em várias oportunidades, na Guanabara e em outras cidades, entramos em contato com autoridades e expusemos a ideia elementar de que não se deveriam retirar os favelados para áreas na periferia urbana ou em locais que os afaste do centro de absorção de mão-de-obra. /.../ A política mais razoável seria reaproveitar as áreas das favelas com projetos de renovação urbana, com os mesmos recursos que têm sido aplicados para locação das favelas na periferia. (As opiniões, 1972)

A preocupação com o desenho urbano, com a escala do projeto urbano e do projeto arquitetônico é uma característica dos trabalhos de Cole, mesmo naqueles que utilizam a metodologia do plano integrado proposta pelo SERFHAU e que por isso não deveriam chegar a essa escala.

A proposta Cura tem mais uma questão fundamental: a preocupação com a eficácia do investimento público, com o uso adequado do dinheiro público. Isso é claramente exposto na apresentação do trabalho, quando se justifica a viabilidade do programa, confirmada pela viabilidade econômica encontrada no estudo realizado.

Conclusão: o investimento em infraestrutura por economia no caso do projeto Cura/Vila Valqueire corresponde a 44,8% do que seria necessário para a URBANA, V.5, nº6, mar.2013 - Dossiê: Urbanistas e Urbanismo- CIEC/UNICAMP

implantação urbana de um bairro novo, nas mesmas dimensões de Vila Valqueire, partindo-se da terra bruta. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1972)

Outro trabalho desenvolvido pelo escritório, o “Estudo de pré-viabilidade Intraurbis BMR” é uma proposição para a ocupação de áreas urbanas vazias, ou periurbanas, e traz a mesma preocupação com a eficiência da aplicação de recursos em urbanização.

O estudo, terminado em 1973, contratado pela DOMISA para uma área denominada Beberibe-Morno-Recife, advoga a construção de uma cidade completa, nos interstícios da região metropolitana de Recife.

Ainda que um pouco irreverentemente, podemos dizer que a Intraurbis BMR é como um Projeto Cura realizado a partir do km zero, se tomada como parte de uma área mais ampla, ou seja, o complexo urbano metropolitano, que tem ainda grandes vazios disponíveis.

É, enfim, um Projeto Cura em outra escala, porém visando os mesmos objetivos: preparação integrada de infraestruturas compatíveis com as superestruturas, criando-se uma oferta suficientemente grande de terrenos, a preços razoáveis e inferiores aos das áreas já inflacionadas dentro da urdidura urbana. (H. J. COLE + ASSOCIADOS, 1973)

Cole propunha um alphaville pernambucano, mas reconhece no desenvolvimento do trabalho, que a renda média da população da região era muito baixa para dar sustentabilidade financeira ao empreendimento.

O urbanista Harry Cole

Nesses primeiros anos da década de 1970, os trabalhos do escritório vão expressar essas preocupações que enfatizamos, assim como, um de seus mais interessantes artigos desse período.

Há dois aspectos que parecem de grande importância: o primeiro, o metabolismo da cidade, e o segundo, a estética da cidade. A estética demonstra a cultura de uma comunidade, de uma área metropolitana, de um país. As cidades que se tornam feias, ou que não têm capacidade de ter uma boa formulação estética, mostram que existe alguma coisa deficiente no processo cultural de sua civilização.

/.../

Sabemos que a Baía de Guanabara está poluída, da mesma forma que, provavelmente, os rios Tietê, Guaíba e Capibaribe. Mas não temos a visão deste metabolismo em funcionamento, nem do crescimento desses números e o volume que eles representam em termos de obstáculos a uma vida mais higiênica e saudável.

/.../

Dentre os problemas ligados à problemática estética do planejamento das áreas metropolitanas é importante sentirmos o problema institucional. Em toda formulação da legislação de edificação e de uso do solo a tendência natural é a formalização de frios números, sem que haja a percepção da variação da paisagem urbana como uma contribuição para o bem-estar do homem, que deve morar e precisa morar nessas cidades. (COLE, 1972)

Esses trechos do artigo ilustram, em parte, as ideias de Cole. O Cura é, a nosso ver, a síntese de suas preocupações, é tornar a cidade brasileira, aos poucos, uma cidade de primeiro mundo, vista então como igualitária e bonita.

E é parte de uma ideologia que a intervenção do urbanista e do urbanista arquiteto pode diluir as diferenças de renda que se expressam na cidade, ideologia que tinha muito vigor na década de 1970.

Há duas posições que percorrem todo o trabalho de Harry Cole em sua trajetória profissional: a preocupação com a sustentabilidade econômica das políticas territoriais públicas e um forte destaque para o desenvolvimento de um meio ambiente urbano equilibrado e agradável.

A preocupação com a sustentabilidade econômica aparece em vários momentos. Ela está presente na formulação do Projeto Cura, onde se propõe o controle das áreas urbanas rarefeitas, através de investimentos em urbanização e equipamentos coletivos que visem fazer das áreas locais atrativos, pensando-se que assim elas serão adensadas. O investimento público tem como objetivo fazer de uma determinada região da cidade um local atrativo ao mercado imobiliário, de tal forma que ele seja mais utilizado, mais denso em termos populacionais. Mas esse investimento deverá retornar para os cofres públicos, através de instrumentos como a contribuição de melhoria.

Também se incentiva o uso dos terrenos, o Cura propunha que nos locais "curados" se instituisse o imposto progressivo sobre os lotes vagos.

Mas não é uma proposição puramente teórica. O que se faz é propor uma solução que não faz menção a teorias econômicas ou sociológicas que expliquem porque grandes extensões de terra nas áreas urbanas ficam desocupadas. Não há preocupação com as causas do problema, o que se quer é solucionar sua manifestação mais clara: a solução é de arquiteto, de intervenção com projeto e obra, o que faz com que ela nos pareça inadequada e até certo ponto ingênua.

A preocupação com o desenvolvimento urbano equilibrado aparece em todos os trabalhos, planos ou projetos urbanos, e esse "urbano equilibrado" é um tecido que reserve áreas protegidas para a atividade residencial, crie ligações viárias e

adequadas à intensidade de tráfego, crie centros comerciais dinâmicos e multifuncionais, e proteja fundos de vales, manchas expressivas de vegetação e matas ciliares.

Isso aparece em Porto Real, onde a área industrial é projetada separada da área residencial por um cinturão verde e onde se evita a ocupação das várzeas do Rio Paraíba do Sul.

Isto ainda aparece claramente em outro trabalho do escritório, no Plano de Desenvolvimento Integrado de Blumenau, onde se espera que a cidade se aproprie paisagisticamente das margens do Rio Itajaí e de seus afluentes, ao mesmo tempo em que se recomenda a não canalização dos cursos d'água e a preservação das matas ciliares para evitar a erosão das margens.

As posições que o urbanista Harry Cole defendia são semelhantes às de vários arquitetos de sua geração. A partir dos anos 60, a preocupação com o crescimento horizontal das cidades, com o aumento dos loteamentos sem infraestrutura e com as favelas mobilizou os arquitetos brasileiros a procurar soluções para esses problemas.

O que parece ser específico desse arquiteto é que sua abordagem o aproximava do pensamento anglo-saxão, da forma inglesa de conceber cidades modernas compactas e pinturescas; e da forma americana de gerir cidades, onde se buscava a participação da iniciativa privada na definição de rumos para as aglomerações urbanas.

É sem dúvida uma trajetória digna de estudo e que nos permite compreender a diversidade de pensamentos dos urbanistas brasileiros dos anos 1960 e 70.

Referências

As opiniões – In **Revista Realidade**. São Paulo: Ed. Abril, maio 1972.

CAVALCANTE, André Luiz M. e COSTA, Milena Sampaio da – **H J Cole: relatório de pesquisa**. Niterói, RJ: Escola de Arquitetura da UFF, 2006.

COLE, Harry J. – **Desenvolvimento Urbano e Planejamento**. In COSTA, Rubens Vaz da, COLE, Harry J. e PENNA, José Eduardo de O. – **Considerações sobre Crescimento Urbano**. Rio de Janeiro: BNH, 1972. P. 34/58

COLE, Harry J. – *Introdução ao conceito de planejamento da ação e sua aplicação no Brasil*. In **Revista Arquitetura**. Rio de Janeiro: IAB/Guanabara, n.º 39, setembro 1965, p. 12.

COLE, Harry J. – **Planejamento Urbano e Processo de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: APEC – Análise e Perspectiva Econômica, fevereiro 1973 (suplemento)

HILBERSEIMER, Ludwig – **Un'idea di Piano**. Padova/It., Marsilio Ed., fevereiro de 1970 (1ª ed. em alemão 1963)

H. J. COLE + ASSOCIADOS e CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS HABITACIONAIS – CENPHA – **Cura Pesquisa Piloto – Estudo de viabilidade de recuperação de áreas urbanas: Modelo demonstração Vila Valqueire**. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, 1972.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – **Distrito Industrial de Manaus**. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, s/d.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – **Estudo de pré-viabilidade Intraurbs BMR**. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, dezembro de 1973.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – **Estudo de viabilidade Nova Cidade Porto Real – Resende/RJ**. Rio de Janeiro: H. J. COLE, 1971.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – **Itablu- Marina Itacurussá**. Rio de Janeiro: H. J. Cole + Associados, 1974.

H. J. COLE + ASSOCIADOS – **Política de Desenvolvimento Urbano da Amazônia**. Brasília: Ministério do Interior/SUDAM, 1976.

LUCHESE, Maria Cecilia – **Curam-se cidades: uma proposta urbanística dos anos 70**. São Paulo: FAUUSP, 2004 (dissertação de mestrado)

LUCHESE, Maria Cecilia – **Em defesa do planejamento: ressonâncias britânicas e a trajetória profissional de Harry James Cole**. São Carlos, SP: EESC- USP, 2009 (tese de doutorado)

Depoimentos

1. Carlos Eugenio Moutinho de Figueiredo – entrevistado no Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2007
2. José Eduardo de Oliveira Penna – entrevistado no Rio de Janeiro em 10 de setembro de 2003
3. Luis Alfredo Stockler – entrevistado em São Paulo em 1º de novembro de 2007.
4. Sônia Cole – entrevistada no Rio de Janeiro em 11 de setembro de 2003
5. Vera Lúcia Gervázio Neves – entrevistada no Rio de Janeiro em 2006 pelos estudantes da Escola de Arquitetura da UFF André Cavalcante e Milena Costa.
6. Vera Tangari – entrevistada no Rio de Janeiro em 29 de novembro de 2007